

**Título Evento:** Forum Educação

**Tipo de Evento (Conferência/Seminário/Jornadas/etc.):** Forum

**Organização do Evento:** Diário Económico

**Data:** 9 Julho de 2009

**Local:** Lisboa (Pestana Palace)

**Participante(s):** Carla Patrocínio (NEP), Marta Pile (GEP)

**Objectivo:**

Debate dos temas “A reforma das Escolas Portuguesas” e “A Revolução nas Universidades Portuguesas”

**Resumo (principais conclusões):**

O debate dos temas esteve organizado em 2 mesas redondas, ambos moderados pela jornalista Madalena Queiroz do Diário Económico. No 1º tema (A reforma das Escolas Portuguesas) o debate contou com os convidados Ana Maria Bettencourt, Licínio Lima, Nuno Crato e Rodrigo Queiróz e Melo, terminando com uma intervenção da Ministra da Educação – Maria de Lurdes Rodrigues. No 2º painel (A Revolução nas Universidades Portuguesas) o debate contou com os convidados António Gomes Mota, Fernando Ramôa Ribeiro, Miguel Copetto, Pedro Lourtie e Paulo Teixeira Pinto, terminando com uma intervenção do Secretário de Estado do Ensino Superior – Manuel Heitor.

○ **A reforma das Escolas Portuguesas**

Os repto sobre o que se pode fazer para melhorar os resultados da Matemática e a importância e diversidade dos projectos educativos – autonomia e gestão das escolas - foram lançados pela Madalena Queiroz, relembrando que se em 1993 os temas centrais da educação eram as provas globais, a avaliação dos docentes e o estatuto da carreira docente, em 2009 apenas se substituiu a questão das provas globais pelos exames nacionais. Como resposta a este repto os vários convidados manifestaram a sua opinião, destacando-se as seguintes:

**Ana Maria Bettencourt** (Presidente do CNE) – O potencial de Portugal são as pessoas e não há pessoas dispensáveis. Fazendo uma retrospectiva, hoje temos uma taxa de analfabetismo bastante inferior, mas ainda existe um longo trabalho a fazer nas escolas (melhorar a estabilidade dos professores, a avaliação, especialmente tendo em conta os resultados das aprendizagens, os recursos educativos) e é preciso que os estudantes trabalhem mais (os alunos ouvem muito e trabalham pouco).

A massificação do ensino trouxe uma população diferente à escola, o que é difícil de homogeneizar (nem toda a população tem recursos para aceder a explicações). É necessário fazer uma revisão das metodologias de ensino e aprendizagem, no sentido de orientar as escolas mais para as aprendizagens que para os resultados, incentivando-as a intervir aos primeiros sinais de dificuldade dos alunos.

**Nuno Crato** (Presidente da SPM) – A resolução destes problemas não é rápida, não existem soluções imediatas, nem de um dia para o outro. A questão central é que temos que começar a valorizar a educação, pois ainda existem muitos problemas ao nível da organização e recursos educativos, e muitos melhoramentos a fazer. Por exemplo a reforma do Ensino básico foi incompleta/insuficiente (e.g. banalizou-se o uso da máquina de calcular, valorizou-se pouco os algoritmos, ...).

É difícil compatibilizar a massificação com níveis de exigência, para isso é preciso primeiro “arrumar a casa” no 12º ano e só depois andar para frente.

O sector privado não existe em Portugal, existem sim as explicações e as escolas estrangeiras, que ainda estão fora do alcance do ME. Os exames nacionais, ainda que não comparáveis de ano para ano, e internacionais (PISA) são uma peça pequena do sistema, mas muito importantes porque nos fazem discutir o estado do sistema educativo.

**Licínio Lima** (Professor da U. Minho) – Historicamente Portugal tem uma relação hiperbólica com a educação. A comparação internacional pode ser errónea devido aos valores do PIB e também porque não se analisa o ponto de partida de cada país. As nossas escolas têm uma qualidade média elevada, mas tenderão a “guetizarem-se” caso a classe média passe a frequentar o ensino privado. A dicotomia de carreiras envenenou o processo de avaliação dos professores. O investimento na educação deve ser contínuo pelos vários governos, sem “picos”.

**Rodrigo Queiróz e Melo (Director Executivo da AEEP)** – É importante salientar que no ensino privado 46% das escolas têm contrato de associação com o estado, logo não existe uma efectividade da dicotomia escola pública/privada, visto que existem escolas privadas com acesso público, mas também existem outras com critérios de admissão (até porque, se por um lado é verdade que as privadas

ocupam lugares de topo nos rankings, também é verdade o contrário). É necessário uma mudança de paradigma (à semelhança da saúde): até aqui o objectivo era construir escolas e garantir o acesso à educação (massificação, democratização); agora que isto está garantido, é necessário mudar o paradigma e investir na qualidade e diversidade de projectos.

O modelo de avaliação do privado orienta-se por uma lógica diferente, de alinhamento pedagógico. Trata-se de um modelo aberto, orientado para a melhoria contínua, e visto como um instrumento de gestão de desempenho, independente das implicações. É preciso repensar os currículos, o dia-a-dia na escola, os apoios à aprendizagem. O Ministério deve fixar objectivos, metas, apostando na avaliação de resultados.

**Maria de Lurdes Rodrigues** - Também o governo quer dar a “centralidade” às escolas, dando-lhes mais autonomia (contratos programa), para que possam pensar mais sobre as aprendizagens e saber lidar com a diversidade com qualidade: autonomia e diversidade serão as palavras-chave do futuro das escolas.

#### o **A Revolução nas Universidades Portuguesas**

Neste âmbito foram introduzidas as temáticas: RJIES, Bolonha, Financiamento e Internacionalização, destacando-se as seguintes opiniões:

**António Gomes Mota** (Presidente da USCTE Business School) – o ISCTE conta com 10 anos de evolução, reflexo da análise da concorrência e escrutínio de mercado. As 4 escolas de gestão de Lisboa (ISEG, ISCTE, UNL e UCP) são acreditadas a nível internacional, tendo algumas vantagens: localização, custo de vida da cidade de Lisboa aliado à segurança, e bom clima, mas é necessário fazer mais marketing das escolas, adaptado ao público jovem e às novas formas de comunicação, para o qual é necessário apoio às estratégias de internacionalização das escolas.

**Fernando Ramôa Ribeiro** (Reitor da UTL)– O RJIES e o ECDU são bastante positivos e benéficos para o futuro, contudo, existem actualmente aspectos preocupantes no ES como o financiamento, os constantes cortes orçamentais e as novas regras de contratação pública. É preciso rejuvenescer e internacionalizar os quadros universitários (a média de idades dos docentes da UTL é de 50 anos). O novo ECDU prevê a existência de um relator pedagógico, que irá consultar o conselho pedagógico no sentido de saber como o docente foi avaliado. A criação de rankings é benéfica e espera-se por parte da A3ES a definição de indicadores objectivos nesse sentido, caminhando-se para um sistema semelhante ao da investigação (relação entre avaliação e financiamento). As empresas não estão sensibilizadas para o financiamento do ES ou sequer para a necessidade de qualificação dos seus recursos como incentivo à melhoria. Esta cultura vai demorar anos a mudar.

**Miguel Copetto** (Director Executivo da APESP)– A Universidade Portuguesa tem a capacidade de competir pelo conhecimento a nível internacional. Só agora foram criados instrumentos para a criação do espaço europeu de ES, pois anteriormente a Bolonha existiam dificuldades resultantes de diferentes modelos e paradigmas de ensino.

É necessário mudar a forma de comunicar (deixar a forma de edital) e a lei do mecenato.

**Paulo Teixeira Pinto** (Vice-Presidente do Conselho Geral da UL) – Só 2 universidades portuguesas estão em rankings universitários, posicionadas em 200 a nível europeu, e em 500 a nível mundial, é isto que se quer? Temos que deixar de ser tão paroquiais. Existe um ciclo vicioso: melhores líderes, melhores docentes, melhores alunos.

**Pedro Lourtie** (Ex-Secretário de Estado do Ensino Superior) – As alterações do RJIES e o ECDU são mudanças fundamentais que conduzem a um actual contexto favorável às universidades. A diminuição do OE (financiamento), e dependência excessiva do MCTES, quarta a autonomia das universidades; as novas regras de contratação pública (praga) traduzem-se num bloqueio administrativo da IES; o que no seu conjunto influencia a capacidade financeira das IES para responder às mudanças. É preciso libertar as escolas das burocracias em troca de financiamento contratualizado.

Do ponto de vista de Bolonha, Portugal depara-se com dificuldades semelhantes a outros países (“Bolonha Squeeze”). Neste momento o trabalho formal está concluído, apesar de haver muito trabalho a fazer pelas instituições, pois o processo não foi acompanhado de um processo de gestão da mudança (e.g. objectivos globais de aprendizagem vs. professores “donos” das disciplinas).

**Manuel Heitor** – Houve 2 vectores de actuação que foram deixados de fora da discussão: base de recrutamento ES (houve um aumento de 40% de alunos 1º ano 1ª vez – de 85 mil para 115 mil) e reforço da Ciência (+20% de investigadores). Outros factos importantes: houve uma clarificação do sistema binário do ES; um reforço do investimento em investigação; a acção social atinge hoje 73 mil alunos do Ensino Superior; medidas no âmbito da empregabilidade diplomados (mais responsabilidade social sobre o acompanhamento dos antigos alunos, sobre a sua empregabilidade e desde 2007 que existe uma publicação dos desempregados por instituição).

Neste momento atingiu-se a média europeia, agora é necessário aumentar as ambições a nível mundial.

**Mais informações** (endereço internet/endereço ficheiros PDF na pasta do servidor, programa, etc):

Pasta servidor.